

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

“P192/2022 - Contratação de Prestação de Serviços para Apoio Técnico na Preparação e Gestão de Candidaturas no Âmbito do Programa 1º Direito”

AJUSTE DIRETO

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P192/2022 - Contratação de Prestação de Serviços para Apoio Técnico na Preparação e Gestão de Candidaturas no Âmbito do Programa 1º Direito”

ÍNDICE

CAPÍTULO I –DISPOSIÇÕES GERAIS-----	3
Cláusula 1. ^a – Objeto-----	3
Cláusula 2. ^a – Contrato -----	3
Cláusula 3. ^a – Prazo-----	3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS -----	4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR-----	4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS-----	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços -----	4
Cláusula 5. ^a – Conformidade e operacionalidade dos bens -----	4
Cláusula 6. ^a – Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução-----	4
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM-----	4
Cláusula 7. ^a – Preço contratual e preço base -----	4 e 5
Cláusula 8. ^a – Condições de pagamento-----	5
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO -----	5
Cláusula 9. ^a – Penalidades contratuais -----	5 e 6
Cláusula 10. ^a – Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto -----	6
Cláusula 11. ^a – Força maior -----	6 e 7
Cláusula 12. ^a – Resolução por parte do contraente público -----	7
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do prestador -----	7 e 8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL) -----	8
Cláusula 14. ^a – Execução da caução-----	8
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS -----	8
Cláusula 15. ^a – Foro competente-----	8
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS-----	8 e 9
Cláusula 16. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual-----	9
Cláusula 17. ^a – Comunicações e notificações-----	9
Cláusula 18. ^a – Legislação aplicável-----	9
Anexo I -----	10

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 — O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de prestação de serviços para Apoio Técnico na Preparação e Gestão de Candidaturas no Âmbito do Programa 1º Direito, nos termos do Anexo I ao presente Caderno de Encargos, do convite e demais legislação aplicável.

2 - Antes da abertura do procedimento foi efetuada consulta informal ao mercado, pelo que se inclui essa informação do presente CE, conforme Anexo II.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até à total prestação do serviço objeto do contrato que será de **24 (vinte e quatro) meses**, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias decorrentes da execução do contrato por parte do adjudicatário.

Capítulo II
Obrigações contratuais
Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas técnicas que se anexam, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço a obrigação principal de prestar o serviço identificado na sua proposta.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

O fornecedor obriga-se a prestar os serviços ao Município de Ourém, objeto do caderno de encargos com as características, especificações e requisitos técnicos previstos neste Caderno de Encargos, e demais legislação em vigor.

Cláusula 6.^a

Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução

Os serviços para a Prestação de serviços, a elaborar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos deverá acontecer no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) meses**.

Secção II
Obrigações do Município de Ourém

Cláusula 7.^a

Preço contratual e preço base

Pela prestação do serviço objeto do contrato, o município de Ourém deve pagar ao prestador do serviço a quantia total que constar da proposta adjudicada a qual não pode exceder a quantia de **(19.200,00 €), dezanove mil e duzentos euros**, corresponde ao preço base, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente, as quais serão emitidas mensalmente.

2. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo refletir a fatura, os serviços efetivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Ourém pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento da prestação do serviço, que poderá ascender até ao montante do preço base do procedimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o município de Ourém pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor do preço base do procedimento.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea do n.º 1, desta cláusula, relativamente à prestação de serviços cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Ourém tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O município de Ourém pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.^a

Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto

No caso de surgirem erros ou omissões que decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o dono de obra, será exercido o direito que lhe assiste de ser indemnizado, conforme preconizado no artigo 378º do no Código dos Contrato Públicos.

Cláusula 11.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do contraente público

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o município de Ourém pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do prestador

1 — Tendo por base os fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 14.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Ourém, que produz efeitos trinta (30) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV **Caução** (Quando aplicável)

Cláusula 14.^a

Execução da caução

1 — (Não aplicável) A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo município de Ourém, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — (Não aplicável) A resolução do contrato pelo município de Ourém não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — (Não aplicável) A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de dez (10) dias após a notificação do município de Ourém para esse efeito.

4 — (Não aplicável) A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 15.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 16.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser

dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 19 de outubro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,

Luís Miguel Albuquerque

ANEXO I

Cláusulas Técnicas

MUNICÍPIO DE OURÉM

CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P192/2022 - Contratação de Prestação de Serviços para Apoio Técnico na Preparação e Gestão de Candidaturas no Âmbito do Programa 1º Direito”

As condições à contratação para o acompanhamento e gestão das candidaturas ao Programa 1º Direito deve contemplar:

1- Acompanhamento na elaboração da candidatura:

1.1 - Análise da Estratégia Local de Habitação do Município de Ourém

- Número de famílias sinalizadas
- Tipologia das soluções a promover
- Programação Financeira das soluções a promover

1.2 - Mediação na articulação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) relativamente a pedidos de esclarecimento e/ou enquadramento

1.3 Recolha de informação relevante da Câmara Municipal de Ourém

1.4 Reuniões com os responsáveis pela ELH da Câmara Municipal de Ourém

1.5 Apoio à recolha e análise dos documentos de cada agregado candidato

- - Dados de Rendimento e Património de cada agregado
- - Dados Património Mobiliário
- - Documentos Pessoais

1.6 - Distribuição do Pedido de Financiamento do agregado por cada solução a promover e alocação às prioridades definidas na ELH

1.7 - Programação Financeira específica de cada agregado familiar

1.8 Preenchimento do formulário online das candidaturas por solução e/ou agregado familiar

1.9 Submissão da candidatura usando a plataforma eletrónica do 1º Direito

2. Na fase de avaliação do processo de cada agregado por parte do IHRU, contemplar o apoio:

2.1- Na preparação de respostas a potenciais pedidos de esclarecimento

2.2- Na recolha informações e/ou documentos solicitados pelo IHRU

2.3- Na entrega do Termo de Aceitação/Contrato ao financiador e também ao envio de eventuais documentos/informações prévios ao início do projeto.

3. Outros procedimentos

A entidade contratualizada recolherá e disponibilizará toda a informação necessária no âmbito do apoio financeiro do IHRU para a contratualização de uma entidade externa que apoie o Município no acompanhamento e gestão das candidaturas ao abrigo do Programa 1º Direito, de acordo com o disposto no número 1 do Artigo 3º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto.

ANEXO II

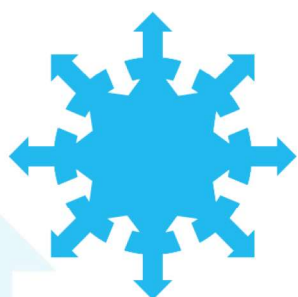
Consulta Preliminar ao Mercado

(n.º 4 do artigo 35.º- A do CCP)

MUNICÍPIO DE OURÉM

CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P192/2022 - Contratação de Prestação de Serviços para Apoio Técnico na Preparação e Gestão de Candidaturas no Âmbito do Programa 1º Direito”



VALECONSULTORES
CONSULTORIA SOCIAL

PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM –

**ACOMPANHAMENTO DAS CANDIDATURAS AO PROGRAMA
1º DIREITO NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE
HABITAÇÃO**



PROMESSA DE VALOR

Somos uma empresa focada na melhoria e desenvolvimento da área social, e é nosso propósito apoiar Instituições, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas a desenvolverem estratégias que produzam impactos significativos no funcionamento das suas estruturas, na prestação de serviços aos seus clientes e na melhoria da sua competitividade. Propomos:

- ▣ Conduzir projetos específicos e adequados à realidade de cada um dos clientes, com rigor e valores éticos e morais;
- ▣ Ser o elo de ligação entre Empresas e as Instituições;
- ▣ Ser uma voz de alerta, que fará chegar às empresas as possibilidades e os ganhos em ajudar os outros;
- ▣ Ser o parceiro de confiança e desenvolver projetos com excelência, profissionalismo e transparência;
- ▣ Conseguir resultados que satisfaçam as necessidades dos nossos clientes e superem as suas expectativas.

Oferta de Serviços

Consultoria de Gestão e RGDP

Consultoria Financeira

Sistemas Integrados de Gestão [Qualidade, Responsabilidade Social,...]

Estudos e Projetos

Candidaturas a Fundos Comunitários e outros programas de financiamento

Acompanhamento Técnico e Financeiro de Projetos Financiados

Planos de Responsabilidade Social e Avaliação de Impacto

A nossa missão consiste em capacitar com ferramentas e estratégias adequadas, para que consigam vencer e prosperar, aliando a qualidade dos seus serviços à sustentabilidade financeira.

ÂMBITO DA PROPOSTA

Na sequência dos contactos estabelecidos entre a **Câmara Municipal de Ourém** e a ValeConsultores, vimos submeter a nossa melhor proposta de prestação de serviços de consultoria especializada atendendo aos Vossos objetivos estratégicos.

A presente proposta contém o nosso entendimento quanto às necessidades de Vossas Excelências e resume os termos e as condições da intervenção da ValeConsultores.

Apresentamos, em seguida, a descrição da forma como nos propomos a executar a assessoria alinhada com a vossa orientação estratégica e objetivos futuros.

Queremos previamente informá-lo que agradecemos o seu contacto e respetivo pedido de proposta para a qual destacamos a importância devida com a afetação de recursos necessária.

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Para a presente proposta, foi definida uma metodologia tendo em conta os objetivos da **Câmara Municipal de Ourém – ACOMPANHAMENTO DAS CANDIDATURAS AO PROGRAMA 1º DIREITO NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO**.

1ª FASE: a ValeConsultores assegurará todo o acompanhamento na elaboração da candidatura, onde realizará, entre outros:

- ✓ Análise da Estratégia Local de Habitação municipal
 - Número de famílias sinalizadas
 - Tipologia das soluções a promover
 - Programação Financeira das soluções a promover
- ✓ Mediação na articulação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) relativamente a pedidos de esclarecimento e/ou enquadramento
- ✓ Recolha de informação relevante da **Câmara Municipal de Ourém**
- ✓ Reuniões com os responsáveis pela ELH da **Câmara Municipal de Ourém**
- ✓ Apoio à análise/validação dos documentos de cada agregado candidato
 - Dados de Rendimento e Património de cada agregado
 - Dados Património Mobiliário
 - Documentos Pessoais
- ✓ Distribuição do Pedido de Financiamento do agregado por cada solução a promover e alocação às prioridades definidas na ELH
- ✓ Programação Financeira específica de cada agregado familiar
- ✓ Preenchimento do formulário online das candidaturas por solução e/ou agregado familiar
- ✓ Submissão da candidatura usando a plataforma eletrónica do 1º Direito

2ª FASE: À submissão da candidatura segue-se a fase de avaliação do processo de cada agregado por parte do IHRU. Nesta fase, a ValeConsultores prestará apoio:

- ✓ Na preparação de respostas a potenciais pedidos de esclarecimento
- ✓ No apoio à reunião de informações e/ou documentos solicitados pelo IHRU
- ✓ No caso de aprovação da candidatura, a ValeConsultores prestará apoio na entrega do Termo de Aceitação/Contrato ao financiador e validação de eventuais documentos/informações prévios ao início do projeto.

Nota: Os serviços de acompanhamento incluem uma alteração à Estratégia Local de Habitação no período de 6 meses a contar da data da 1ª versão da ELH submetida ao IHRU.

HONORÁRIOS

A proposta apresentada foi elaborada de modo a ir ao encontro das Vossas necessidades, e tendo em conta a natureza dos trabalhos a realizar, a remuneração pelos serviços de consultoria é a seguinte:

- **Valor Global:** ‘
- **Condições de pagamento:**
 - 25% na data de adjudicação dos serviços
 - 25% decorridos 6 meses da data de início dos serviços
 - 25% decorridos 12 meses da data de início dos serviços
 - 25% decorridos 18 meses da data de início dos serviços

Duração dos serviços: *Os serviços acima descritos têm a **duração máxima de 24 meses** a contar da data de assinatura do contrato de prestação de serviços. Finda esta data, e existindo necessidade por parte da autarquia na continuação dos serviços para um período superior, deverá ser realizado novo procedimento de contratação.*

Notas:

1. Aos valores acima mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor
2. Os valores mencionados já incluem eventuais custos com deslocações e estadia

COLABORAÇÃO ENTRE A VALECONSULTORES E A CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

O conjunto dos nossos trabalhos definidos anteriormente será realizado em estreita colaboração com Vossas Excelências e com os colaboradores designados para o efeito.

O sucesso deste trabalho depende largamente do sucesso na colaboração entre as nossas organizações, sendo que contamos com a V. colaboração na:

- ▣ Disponibilização de V. Excelências em todos os momentos de decisão/ validação do trabalho efetuado;
- ▣ Disponibilização da documentação e informação necessária.

A ValeConsultores será responsável por:

- ▣ Constituição e disponibilização da equipa de consultores a envolver;
- ▣ Acompanhamento do desenvolvimento do trabalho, alertando a organização sempre que os prazos definidos possam estar em risco e/ou sempre que os recursos não tenham a disponibilidade necessária.

EQUIPA

Este trabalho será desenvolvido por uma equipa de consultores com competências e experiência nas áreas de intervenção necessárias, de forma a assegurar a sua concretização de acordo com os requisitos especificados e com a qualidade e excelência que o projeto exige.

Luís Vale – Consultor Coordenador

- ▣ Licenciado em Psicologia na Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto.
- ▣ Curso Geral de Gestão na Porto Business School.
- ▣ Foi Psicólogo na Instituição Portas prá Vida.
- ▣ Foi Diretor Técnico da IPSS Portas prá Vida.
- ▣ Foi Assessor da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação.
- ▣ Foi Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, onde lhe coube o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Deficiência em vigor.

Pedro Vieira – Consultor Técnico

- ▣ Licenciado em Gestão pela Universidade do Minho.
- ▣ *Master in Finance* pela Universidade do Minho.
- ▣ Gestor voluntário na organização sem fins lucrativos “REFOOD 100% Braga”.
- ▣ Foi membro da AIESEC (Associação Internacional de Estudantes de Ciências Económicas).

Márcia Batista – Consultora Técnica

- ▣ Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ▣ Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos pela Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão
- ▣ Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos pelo ISCAP
- ▣ CCP – Formação Pedagógica Inicial de Formadores
- ▣ Qualificação de Auditor Interno na NP4427 (APCER)
- ▣ Certificação de Avaliadora de Assement Center (*Pessoas e Sistemas*)
- ▣ Desenvolveu as funções de Socióloga e Project Manager

CONFIDENCIALIDADE

Toda a nossa intervenção será desenvolvida com a garantia de completo sigilo em relação a todas as informações confidenciais recebidas no decurso da presente Assessoria, comprometendo-nos a utilizar essa informação unicamente para os fins propostos.

Da mesma forma, todas as informações, documentos e pareceres elaborados pela ValeConsultores, bem como qualquer facto relacionado com a Consultoria realizada, incluindo a presente proposta, deverão ser utilizados exclusivamente por Vossas Excelências no âmbito de angariação de novos parceiros comerciais, não podendo ser utilizados para outros fins nem divulgados perante terceiros sem prévia autorização da ValeConsultores.

VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta apresentada, bem com os valores referidos manterão a sua validade, pelo período de 30 dias a contar da sua data de emissão. Após este período a Vale Consultores reserva-se o direito de proceder à sua revisão.

FORMALIZAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Aguardamos a possibilidade de poder trabalhar com Vossas Excelências e apoiar os Vossos esforços para uma análise cuidada do processo produtivo ao nível dos recursos humanos. Estamos confiantes na nossa capacidade para enfrentar os desafios que temos pela frente e estamos preparados para dar continuidade à parceria que temos convosco e na obtenção de uma solução de assistência técnica eficiente.

Esperamos que a proposta venha a merecer a vossa aceitação, agradecendo nesse caso que nos seja devolvida uma das duas vias originais, depois de devidamente assinada e carimbada, para os nossos escritórios sitos na Praça General Humberto Delgado, nº 287, 3º andar sala 28, 4000 - 288 Porto.

Será considerada como data de início dos trabalhos, a data de assinatura desta proposta, passando esta a partir dessa data a vigorar como contrato, válido pelo período acordado, durante o qual, este não pode ser revogado unilateralmente, ficando a sua revogação sujeita a um acordo entre as partes que o constituem.

Agradecemos a oportunidade que nos foi dada para podermos oferecer os nossos serviços e ficamos à V. inteira disposição para comentar ou esclarecer qualquer questão referente a presente proposta.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pela ValeConsultores, Lda.

Pela Câmara Municipal de Ourém

Data: ____ / ____ / ____